



A PERIFERIA POBRE E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: O CASO DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA¹

MARES, Rizia Mendes²

RESUMO

A existência de um espaço periférico pobre, tão marcante na realidade brasileira, evidencia o quão desigual se mostra a produção do espaço urbano das nossas cidades, onde as desigualdades (socioeconômicas, políticas, culturais) cada vez mais se profundam, revelando as precariedades e ausências a que grande parte da população é submetida. São sujeitos sociais que atuam na produção de uma cidade que lhe nega participação no uso, na apropriação dos bens urbanos que poderiam qualificar a vida e que os mantêm distantes, “em seu lugar”, nas mazelas da cidade. O presente texto apresenta a realidade da periferia pobre de uma cidade média, de como se deu sua constituição e como os sujeitos sociais que ali residem lutam, cotidianamente, para uma vida mais qualificada na contramão do sistema produtivo que os pauperizam, marginalizam, excluem, porém, não anulam o conteúdo das relações que se estabelecem pelas práticas desses sujeitos que também produzem urbano dessa cidade.

Palavras-chave: Periferização; Cidades Médias; Produção do espaço; Cruzeiro.

RESUMEN

La existencia de un espacio periférico pobre, por lo que llama la atención en la realidad brasileña, muestra el progreso desigual de la producción del espacio urbano de las nuestras ciudades, donde las desigualdades (socioeconómicas, políticas, culturales) cada vez más se profundizan, revelando la precariedad y la ausencia a que gran parte de la población es sometida. Son sujetos sociales que actúan en la producción de una ciudad que le niega participación en el uso, en la apropiación de los bienes urbanos que podrían calificar la vida y que los mantiene a distancia “en su lugar” en los males de la ciudad. En el presente texto se presenta la realidad de la periferia pobre de una ciudad media, de como fue su constitución y como los sujetos sociales que viven allí luchan, diariamente, para una vida más calificada en contra del sistema productivo que los pauperiza, margina, excluyen, sin embargo, no anulan el contenido de las relaciones establecidas por las prácticas de esos sujetos que también producen urbano de esta ciudad.

Palabras claves: Periferización; Ciudades Medianas; Producción del espacio; Cruzeiro.

¹ Eixo Temático: Produção do Espaço Urbano.

² Mestranda, Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG) – FCT/UNESP – Presidente Prudente/SP, rizzia_mm@yahoo.com.br



1. INTRODUÇÃO

As transformações socioespaciais que ocorrem na cidade são evidenciadas na forma como os sujeitos sociais se apropriam, consomem e a produzem, resultando no surgimento de novas áreas de ocupação e utilização do solo e a formação de novas áreas urbanas. A análise desses processos leva-nos à compreensão de como esses sujeitos atuam na produção do espaço do urbano, evidenciando os fatores que propiciam o surgimento de áreas periféricas pobres nas quais a população precarizada sobrevive com as carências que lhe são características.

Nesse sentido, consideram-se as influências políticas e econômicas que, nesse processo, são fatores que determinam o modo de vida da população, a forma como se apropriam do espaço urbano, as ações e movimentos populares, a visão estereotipada dessas áreas e a forma como se relacionam.

À luz dessas considerações, compreende-se que essa relação contraditória que envolve a sociedade urbana, assim como aborda Carlos (1997), aumenta em demasia as diferenças existentes entre os espaços da cidade, na sua apropriação e consumo. Essas diferenças se traduzem em distâncias, físicas ou sociais, distância dos elementos necessários para a sobrevivência e que se mostram ausentes ou de difícil acesso e que vão além do que é material (SOUZA, 2008).

Esses sujeitos sociais, ao buscarem meios para a superação da atual ordem a que estão submetidas, esbarram-se numa estrutura hierarquizada de poder que dissemina uma ideologia de domínio e subordinação, tornando a busca por uma igualdade de direitos sobre a vida na cidade, sobremaneira, conflituosa (VILLAÇA, 1997).

Porém, muito mais que ter respeitado o seu direito à cidade, essa parcela da população residente em áreas periféricas pobres deve ter o real acesso à uma vida urbana digna e usufruir de todos os elementos que a integram, exceto aqueles que, nesses tempos, a torna cruel - a desigualdade; essa que se exprime em todas as dimensões da vida urbana.

2. PERIFERIZAÇÃO ELEMENTOS PARA DISCUSSÃO

Ao se observar a estrutura da sociedade atual, vê-se que é, antes de tudo, uma estrutura



desigual e contraditória, mediante as ações sofridas advindas de processos socioespaciais e por um sistema econômico que visa a exploração e dominação. Tomando como foco a análise da estrutura urbana, percebe-se que a mesma reflete as relações sociais, ao mesmo tempo em que as condicionam (CORRÊA, 1989). Assim, contém os resultados da influência de processos socioespaciais que alteram o espaço da cidade, sua posição e funções, traçando novos rumos para o cotidiano dos cidadãos. Para os que residem em áreas periféricas pobres, esses resultados são sentidos mais duramente, pois os mesmos acabam por usufruir das mazelas e carências que lhes são direcionadas.

Pautando nas ideias de Santos e Serpa (2001) percebe-se é na periferia que se dá a reprodução socioespacial da população pobre, que passa a ocupar uma determinada área desprovida de infraestrutura e serviços básicos e que pode tanto estar próximo a um centro ou mesmo distante dele, se diferenciando das demais áreas da cidade pela precariedade nas condições socioespaciais. Segundo J. Santos (1999) a periferia ainda, se traduz em uma “justaposição” de tempos modernos e tradicionais que expressam as mudanças temporais porque passou o espaço periférico.

A periferia é também o lugar onde os dramas sociais se afloram, tomam corpo e evidencia os problemas enfrentados pelos seus residentes (ANJOS; CHAVEIRO, 2007). Entretanto, esses problemas não se restringem apenas ao espaço da periferia; por ser um processo social também é um problema que afeta a cidade como um todo.

O que, no senso comum, representa a periferia é a sua caracterização social, marcada pela presença de pessoas de baixa renda, os pobres, que não têm meios para aquisição de uma residência em um bairro de *status*. Mesmo que a escolha não seja um bairro elitizado, a população não encontra meios que a possibilite escolher em que bairro ou em que área morar e em que condições de moradia habitar. Por isso, a periferia é vista como uma apropriação desigual do espaço urbano.

É sabido que o surgimento e a formação da periferia se deram motivados pelo intenso processo de urbanização e expansão da malha urbana, que se associam ainda a processos de segregação socioespacial. Sposito (2004) afirma que as discussões sobre periferia começaram a ser observadas no Brasil a partir das décadas de 1950 a 1970, período em que o país sentiu um alavancar no processo de urbanização. Foi nesse momento que esse processo de periferização passou a não restringir somente às metrópoles, sendo observado também em



cidades médias.

Entende-se, assim, como um motivador da periferização o processo de urbanização que, segundo Corrêa (1989), diferencia-se para cada classe, havendo, desse modo, dois tipos de urbanização: de status e popular. A urbanização de status, a qual se liga à classe dominante, recebe infraestrutura adequada e não é considerada como periférica, porque, no senso comum, bairros onde residem ricos, mesmo que sejam distantes do centro, socialmente não são considerados como periféricos. Na urbanização popular dá-se o contrário, sujeitos sociais que lá residem são pauperizados e não encontram em seu bairro uma infraestrutura necessária para a reprodução da vida e, limitando-se ou não com o centro, sempre serão consideradas periféricas.

No que tange à dotação de infraestrutura, Tessari e Braga (2008) afirmam que os investimentos para esse fim podem levar certo tempo para sua aplicação, o que induz ao pensamento de que essas áreas são periféricas não só por sua localização ou condição econômica, mas também por sua posição na periferia das políticas públicas, que, a seu “bel-prazer”, escolhem o momento de atuar na periferia pobre.

Os mesmos autores elencam fatores que contribuem para a formação da periferia, tais como: as desigualdades na distribuição de renda; a ausência de um planejamento que oriente a expansão urbana; e a forte atuação de agentes produtores do espaço, a exemplo, o Estado (setor público), o setor privado e o mercado imobiliário, todos esses envolvidos no sistema de acumulação do capital que permeia suas relações (TESSARI; BRAGA, 2008).

Sobre o setor imobiliário, esse é o responsável por definir os preços do solo e de imóveis, ponderando também sobre quem poderá habitá-los. Sobre isso, M. Santos pontua que:

O livre jogo da especulação é responsável pelo deslocamento do habitat popular para a periferia, fazendo com que dentro da cidade, a acessibilidade aos diferentes serviços, mais concentrados na área central varie em função das rendas de cada grupo social, gerando cidades justapostas, mal vinculadas entre si, dentro da própria cidade. (SANTOS, 1981, p. 122)

Desse modo, a especulação imobiliária influencia não só na localização do indivíduo, como também nas relações que o mesmo mantém com a cidade, no acesso a serviços, no consumo, na apropriação. Pela tendência de expansão da cidade, atuando como produtor do espaço urbano, o setor imobiliário “fatia-a” e torna cada “pedaço” uma fonte de lucro. Nesse



pensamento, Sposito (2004) coloca que:

A tendência a sua expansão horizontal e vertical tem provocado o aprofundamento das diferenças, porque a cidade é vendida aos pedaços enquanto frações de um território denso de possibilidades objetivas e de conteúdos subjetivos, expressos em múltiplos signos. Ao mesmo tempo em que essa produção do espaço busca oferecer a novidade (e não necessariamente o novo), ela produz a homogeneidade, porque as estratégias imobiliárias se repetem, em diferentes cidades, e se sucedem para que as novidades envelheçam e os novos produtos ganhem preços maiores no mercado. (SPOSITO, 2004, p 136)

Assim, nota-se a influência que o setor imobiliário exerce na estrutura da cidade, alimentando as diferenças sociais e econômicas, mediante ao parcelamento e valoração do solo urbano, uma prática que não se faz de forma isolada, é disseminada para outras cidades tornando, dessa forma, o espaço homogêneo.

É o que aponta Villaça (1997) ao se referir ao controle sobre o espaço pelo mercado imobiliário, aliás, o controle das classes dominantes sobre o mercado imobiliário, que produz os bairros nos locais em que essa classe deseja morar. Além do controle exercido sobre o mercado imobiliário, a classe dominante acaba influenciando também no crescimento de outras áreas, sendo elas de interesse ou não.

Ainda nessa discussão, Domingues (1994) elenca outros fatores que caracterizam a periferia, como, por exemplo, a tendência a um perfil residencial sem um planejamento, apresentando ocupação, muitas vezes, ilegal e desordenada, com carência em serviços e equipamentos públicos e privados, tanto em qualidade como em quantidade, alternando entre espaços ocupados e vazios, além da ausência de espaços públicos. O mesmo autor, ao se referir à periferia, afirma que a mesma é um

Agregado social, definida não só pela densidade ou pela intensidade do inter-relacionamento interno ao nível do local, mas sim pela dependência, pela subalternidade face às áreas centrais e aos locais de destino dos habitantes-pendulares. (DOMINGUES, 1994, p. 5)

O autor expõe a dependência vivida pela periferia em relação às áreas centrais, na medida em que lhe faltam elementos cotidianos para a reprodução da vida e, por não conter em seu espaço os meios para suprir suas carências, passam a se deslocar para outros espaços distantes espacial e socialmente. A distância locacional, segundo Sposito (2004. p.120),



define-se pelo tamanho da cidade, pois: “o tamanho da cidade determina a distância da periferia ao centro e, ao mesmo tempo, seu grau maior ou menor de homogeneidade e extensão.”

A mesma relação poder ser feita do ponto de vista socioeconômico, pois quanto maiores forem as desigualdades na renda, maior será a distância no relacionamento entre a periferia pobre e o centro comercial, como também serão aumentadas as contradições e os conflitos entre as classes dominante e proletária.

Souza (2008) argumenta que, dado ao baixo poder aquisitivo da população carente, a mesma tende a residir em locais distantes do centro pelo fato dos terrenos e imóveis serem, em tese, mais baratos e afirma ainda que, pela mesma razão, essas pessoas não escolhem esses locais para viverem, elas são obrigadas a isso.

Ainda nesse conjunto de fatores, Sogame (2001) considera em sua análise a questão da infraestrutura e a disponibilidade de equipamentos urbanos, de como se dá a sua distribuição e frequência no consumo e acesso a serviços, ressaltando casos em que não há o oferecimento de nenhum tipo de suporte (infraestrutura, serviços etc.) a essas áreas, que passam a sobreviver na ilegalidade para tentarem suprir algumas dessas carências. Em suma, pontua que:

Nos loteamentos periféricos destinados às classes de menor poder aquisitivo, ao contrário daqueles voltados às classes de alta renda, a distância e o deslocamento, principalmente em função dos locais de trabalho, apresentando-se como um grande obstáculo à reprodução da força de trabalho, da mesma forma que apresentam problemas relativos à carência de meios de consumo coletivo. (SOGAME, 2001, p. 100)

Assim, para se discutir as periferias das cidades há de se considerar os fatores socioespaciais, considerando não só à mobilidade espacial, como também aos fatores sociais e econômicos que, do mesmo modo, podem ser vistos como distâncias, as distâncias entre as classes, entre realidades.

Esses fatores caracterizam não só a periferia, como também a vida na periferia; ela própria tem um cotidiano que se difere das demais áreas, seja pelas suas lutas e conflitos internos, seja na forma como festejam, celebram a vida, como se organizam, reivindicam por seus direitos. A periferia tem um pulsar diferente, muito sofrido, mas que nos leva a enxergar uma parcela da população que, apesar de humilde em suas posses, tem uma riqueza imensa traduzida na alegria, força e esperança de viver, e poder acreditar que a realidade de



exploração fica para a cidade.

Todavia, não que estejam alheios à cidade, não diretamente, mas que as relações dentro do seu local de convivência diária não tenham sido integralmente corrompidas pelo mundo das trocas, do valor de troca. A periferia pobre, como local das práticas sociais, expressa um mundo diverso, rico, e, nas palavras de Villaça (1998. p.195), “tudo isso pode nos levar à síntese: a vida na periferia proletária é rica e se estende como grito, silêncio, murmúrio, fé, canto, práticas espaciais”.

2.1 Periferia: a quem se direciona?

Pautado nas discussões levantadas sobre a formação da periferia, questiona-se se haveria um direcionamento desse processo para uma determinada parcela da população, tomando como base fatores de ordem social, econômica, política, cultural, enfim, fatores que pudessem justificar a presença dessas pessoas na periferia.

Começemos por um ponto pertinente, ainda mais na atualidade em que os problemas da violência estão em evidência. É comum, ao referir-se à periferia, relacioná-la ao lugar dos marginais, da bandidagem, de pessoas de má índole da pobreza. Não que essa realidade seja totalmente alheia nas áreas periféricas, mas também o são em qualquer outra parte da cidade; ela não está condicionada à periferia.

Porém, esse é certamente um problema que assombra a sociedade como todo, mas que toca mais profundamente a periferia que as demais áreas, não propriamente pelos atos de violência em si, mas, pelos motivos que a originam como afirmam Anjos e Chaveiro (2007):

No Brasil a violência (morte) decorre muito mais da pobreza do que de disputas políticas ou religiosas. Em muitos casos, cria-se uma imagem pejorativa de determinados locais periféricos identificados como dispersores da violência, sem que se compreendam os motivos que levam tais sujeitos a esses lugares e a essas práticas e também sem a compreensão de outras faces dessa mesma periferia. (ANJOS; CHAVEIRO, 2007, p. 185)

Desse modo, é preciso que haja uma análise ampla da realidade desses sujeitos residentes na periferia para que se possa compreender as razões que os levaram a esse lugar e o que os move na vida cotidiana, evitando que sejam feitas imagens distorcidas e generalizadas desse recorte espacial que apresenta um conteúdo social rico, eles são também, expressão de um grupo social.



Assim como expuseram Anjos e Chaveiro (2007), a violência é proveniente, muitas vezes (mais não exclusivamente), da pobreza, da falta de renda, das precariedades em que vive a grande maioria da população e que é obrigada viver nessas condições e a sofrer o preconceito da sociedade por ser pobre, “da periferia”.

As dificuldades em se conseguir um pedaço de chão na cidade fazem com que as pessoas, mesmo com certa resistência, aceitem a dominação dos agentes de poder, transformando a cidade num espaço de lutas (desigual) entre classes na disputa pelas melhores localizações, é o que nos confirma os mesmos autores: “Podemos perceber pelo espaço através das lutas de classes implícitas nas dinâmicas locais urbanas culminando no domínio dos espaços desprezados pelas classes média e média alta, pela classe pobre.” (ANJOS; CHAVEIRO, 2007, p. 188)

Essas áreas desprezadas pelas classes superiores representam justamente as escolhidas para serem residências dos pobres. Essa relação não está totalmente implícita, ela pode ser evidenciada claramente pelas relações estabelecidas e na forma espacial em que tomam corpo na cidade. Por isso, seguem em direção a esses recortes espaciais, os quais refletem as diferenças da população, pelo seu nível de renda e localização das casas. Os bairros são, assim, locais da reprodução dos diversos grupos sociais (CORRÊA, 1997).

O solo conquistado passa então a ter um valor para os que o ocupam e, nesse caso, Anjos e Chaveiro (2007) afirmam que há uma diferenciação no valor atribuído ao solo a depender da classe que o ocupa. Assim, segundo os autores, para os que têm dinheiro para investir no mercado imobiliário o solo tem valor de troca e a relação estabelecida é simplesmente de mercado. Em contrapartida, para os que não possuem renda para jogar com o mercado imobiliário e tiveram dificuldades na aquisição de suas posses, a relação estabelecida é de proximidade, apego ou afeto e traduz o cotidiano do morador. Para esses sujeitos sociais, o solo tem o valor de uso.

Assim, os autores afirmam que uma propriedade tem valor pelos significados que a sociedade lhe atribui, seja como mercadoria ou como meio de vivência e, nessa dinâmica, inferem fatores como a localização, o acesso, a infraestrutura e a imagem que se tem da área (ANJOS; CHAVEIRO, 2007). Se existe um direcionamento das áreas periferias para uma determinada população é porque na outra dimensão há um processo que impulsiona e alimenta tal movimento, induzindo a essa ação, reforçando os estigmas que marcam a vida na



periferia, da visão preconceituosa que se perpetua sobre essas, o que distorce a leitura dos espaços da cidade.

2.2 A periferia pobre em Vitória da Conquista: ação ou reação?

Apresentando-se como um centro de influências no interior da Bahia e desempenhando importantes funções na rede urbana, Vitória da Conquista é o terceiro município em tamanho populacional do Estado da Bahia, atualmente com 315.884 habitantes distribuídos numa área de 3.204 km², segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2012), a uma distância de 509 km da capital Salvador. O município integra o Território de Identidade homônimo, com mais vinte e três municípios (Figura 1), exercendo influência num raio de abrangência substancial, interagindo fortemente na relação interurbana com cidades de escalas diferenciadas.

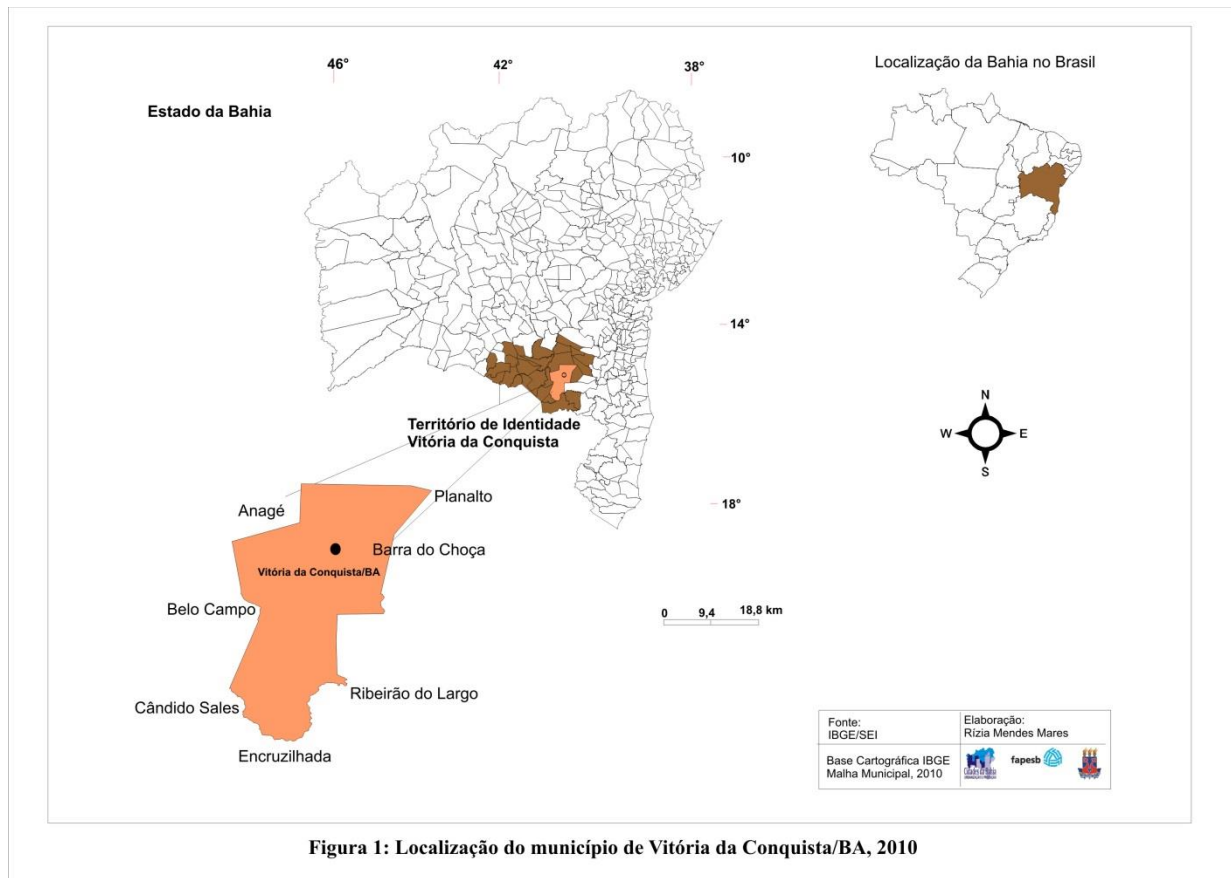


Figura 1: Localização do município de Vitória da Conquista/BA, 2010



As cidades médias, nesse contexto, as baianas passaram a atrair investimentos maiores e novas fontes de capital, sobretudo, financeiro e comercial, promovendo mudanças em sua dinâmica econômica. Ademais, as próprias transformações no Brasil, com sua política de articulação do território, promoveram (tanto quanto são induzidas) novas relações entre as cidades na rede hierárquica urbana, implicando em conexões de outras ordens, como as não hierárquicas³, e uma maior fluidez entre esses espaços no que tange à circulação de capital, mercadorias e indivíduos, como afirmou J. Santos (2012) sobre o contexto baiano.

Esses fatores somados às transformações ocorridas no espaço urbano dessa cidade, sobretudo, as desigualdades oriundas desse processo são evidenciadas no cotidiano das áreas periféricas pobres, as quais convivem com as mazelas do “desenvolvimento” e crescimento dessa cidade. Mas, sobretudo, pelas transformações que estão ocorrendo no processo de produção dessas cidades, dentre outros fatores, pelo novo contexto da urbanização contemporânea.

³ Cf.: Catelan, Márcio José. **Heterarquia Urbana: interações espaciais interescolares e cidades médias**. Presidente Prudente: [s.n], 2012. 227 f. e CAMAGNI, R. Organisations économique et reseaux de villes. In: SALLEZ, A. (Dir.) **Les villes, lieux d'Europe**. Paris, DATAR, Éditeurs de l'Aube, 1993, p.107-28.

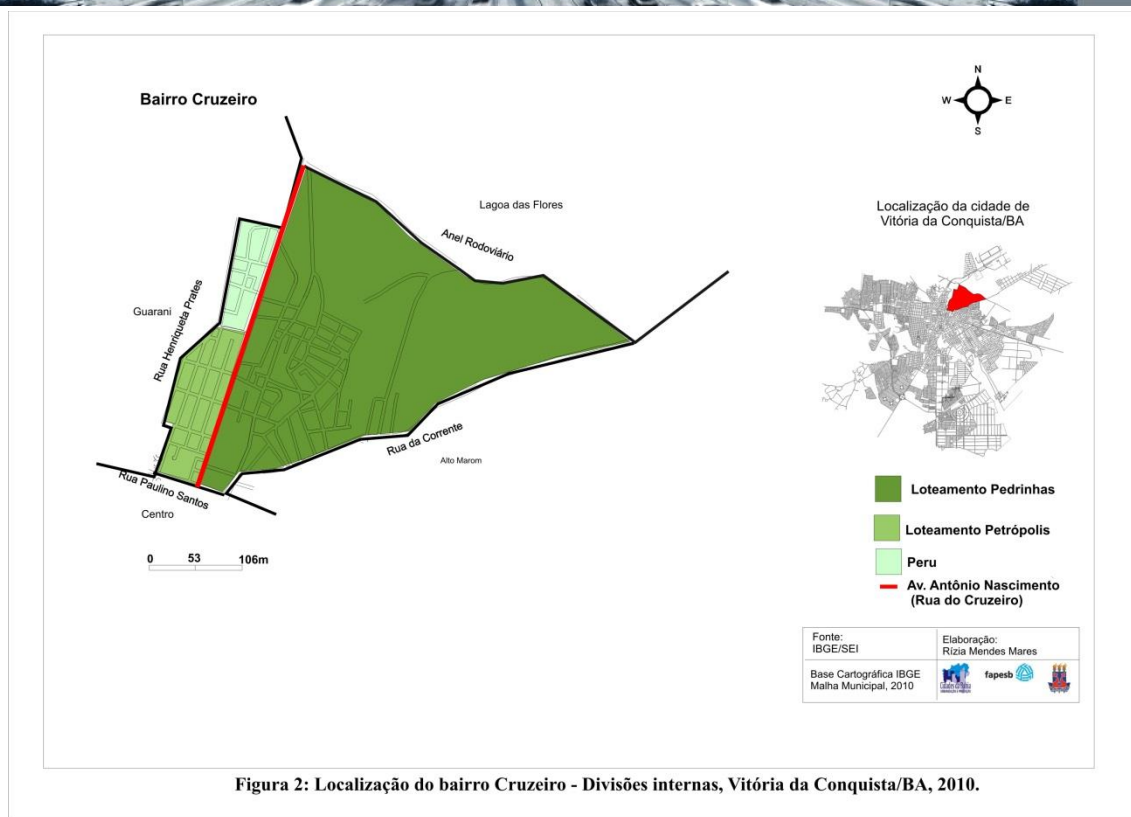


Figura 2: Localização do bairro Cruzeiro - Divisões internas, Vitória da Conquista/BA, 2010.

O bairro Cruzeiro (Figura 2) reflete as desigualdades existentes na cidade de Vitória da Conquista, apresentando características que evidenciam a forma como os processos espaciais fazem parte da dinâmica de uma cidade e alimentam a formação de áreas periféricas pobres. Situado à norte da cidade, em direção à Serra do Periperi, limita-se com os bairros Alto Marom, Centro, Guarani e Lagoa das Flores, apresenta uma população com pouco mais de nove mil habitantes, segundo dados da Unidade de Saúde da Família do bairro⁴, com características socioeconômicas distintas entre os moradores, o que acaba por definir relevos diferentes no bairro, além de um cotidiano diferente em cada área em que se subdivide. Foi desse ponto em que o bairro se localiza, próximo à nascente do rio Verruga, que se deu o crescimento espacial da cidade⁵, assim como o crescimento do próprio bairro⁶.

As disparidades em que o bairro vive refletem a forma como o mesmo foi constituído, tendo como base as contradições na relação estabelecida com a cidade e dentro do próprio bairro. Contradições que fazem parte da estrutura econômica na qual está erguida a cidade e

⁴ Unidade da Família de Pedrinhas, representada pela coordenadora e enfermeira Dalva Prates.

⁵ Segundo afirmou Ferraz (2009).

⁶ Informações produzidas com base em entrevistas e depoimentos a moradores antigos do bairro.



que, ao passo que favorece essa relação conflituosa é também resultado da mesma.

Desde o início de sua formação, o bairro apresenta diferenças que perduram até os dias atuais. Assim, atualmente, dentro do mesmo bairro existem três áreas bem distintas: o Petrópolis, o Peru e o Pedrinhas, esse último ainda se subdivide em duas áreas (A e B), por conflitos internos. Como possíveis causas para o início dessas divisões no bairro, pode-se apontar o próprio processo de ocupação, o significado atribuído à conquista do solo e pelos interesses na valoração de cada área⁷.

Nos diálogos com os moradores, percebemos que essa divisão gera conflitos nos interesses da comunidade e certo estranhamento, pois muitos residentes do bairro não se reconhecem como moradores do bairro Cruzeiro. Essa questão envolve fatores como a própria visão, muitas vezes preconceituosa, que a sociedade conquistense tem do bairro, que acaba gerando esse tipo de pensamento.

Realizou-se uma busca por fatos registrados que indicassem a forma como esse recorte espacial se formou. Porém, pouca ou quase nenhuma informação oficial foi encontrada que pudesse contribuir para compreensão de como se deu a formação desse bairro. Apesar de ser um dos mais antigos da cidade, o mesmo parece ter ficado à margem da história da cidade, como se não tivesse nenhum tipo de significado ou importância no cotidiano de Vitória da Conquista.

Por isso, as estratégias de produção de produção de informação baseou-se em entrevistas a moradores antigos entre outros e com aplicação de questionários aos domicílios⁸, com base nas informações levantadas, foi possível traçar um perfil do processo de formação histórica por que passou o bairro. Assim, sabe-se que o bairro tem parte de sua área sob posse da Igreja Católica, a Catedral Nossa Senhora das Vitórias, o setor leste equivalente a área denominada Pedrinhas.

O lado oeste do bairro é formado pelo Peru, na parte superior, e pelo Petrópolis, na parte inferior, que é a entrada do bairro, na direção da Av. Antônio Nascimento, mais conhecida como a antiga Rua do Cruzeiro, a qual sempre foi importante para a fluidez na

⁷ Pautando-se no levantamento de campo.

⁸ Trata-se de nossa pesquisa de conclusão de curso. Cf.: MARES, R. M. **A produção do espaço e a reprodução da vida na periferia pobre das cidades médias: o estudo do bairro Cruzeiro em Vitória da Conquista/BA**. 2011. 150f. Monografia (Licenciatura em Geografia) Departamento de Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2011.



cidade. Pelo menos dessa, há registros⁹ de atividades que datam de 1926 evidenciando que a ocupação nessa área já ocorria.

A Av. Antônio Nascimento, desde a referida década, representava uma via de acesso para atividades comerciais em Vitória da Conquista, principalmente para os que se dirigiam à feira e para os que trafegavam com boiadas. A mesma era também utilizada para fins religiosos, e por onde peregrinavam os católicos devotos de Nossa Senhora das Vitórias, padroeira dessa cidade.

Utilizavam-na, ainda, para obtenção de areia e pedras da Serra do Periperi, material destinado às construções das casas dos próprios moradores do bairro, assim como, pelos cidadãos de maneira geral, pois, algumas casas do atual Centro Tradicional da cidade foram construídas com material retirado da Serra do Periperi, bem como alguns edifícios públicos da cidade. Assim, a Av. Antônio Nascimento ou Rua do Cruzeiro foi sendo integrada à malha urbana de Vitória da Conquista.

De acordo com as informações dos depoentes, o processo de ocupação do solo no bairro se deu de forma espontânea, com a construção de casas alternadas em meio à mata fechada, pela compra de lotes nas mãos dos moradores que já moravam no bairro e tinham tomado posse das terras. Esse processo começou a se intensificar em meados dos anos de 1955, e se iniciou no lado oeste do bairro.

Em relação ao Petrópolis, esse aparenta ser um bairro dentro do Cruzeiro. Isso é percebido na forma como mantém relação com as demais áreas e no próprio discurso dos moradores que, na maioria dos casos, identificam seu bairro como Petrópolis e que o mesmo é vizinho do bairro Pedrinhas. Esse setor sofreu um processo de ocupação diferente das demais áreas.

Em contrapartida, no Pedrinhas, seus moradores apresentam um perfil diferenciado das demais áreas, principalmente por apresentarem uma renda, relativamente, mais baixa e uma rotina também distinta em relação aos outros setores. Nesse, os sujeitos que o ocuparam não detinham condições de adquirirem imóvel em outro lugar nem mesmo possibilidade de pagar o espaço ocupado no Cruzeiro, apropriando-o sem legalização mesmo tendo presente a figura da Igreja, responsável e proprietária da área. A secretária¹⁰ do Laudêmio da Catedral

⁹ No alto da Av. Antônio Nascimento a Igreja Católica construiu um marco que data de 1926 para onde se encaminhava os peregrinos em procissão ao Cristo Crucificado.

¹⁰ Na ocasião da entrevista a secretária que passou as informações foi a senhora Maria do Carmo Rocha Lula.



afirmou, em entrevista, que muitos que moram naquela área, hoje, não têm a escritura da casa, porque ocuparam o terreno ilegalmente e sem nenhum tipo de planejamento.

Ao ser perguntado sobre a forma com que o bairro cresceu, um dos depoentes coloca que: “Ele cresceu à toa, o povo fazendo as casas. Não media nada, era sem planta, sem nada que a gente construía. O difícil era comprar o terreno, quando comprasse o terreno aí construía”¹¹.

Essas informações levam ao entendimento de que a ocupação do bairro Cruzeiro, como um todo, se deu de forma espontânea, apesar de haver diferenças nos resultados dessa ocupação, principalmente no que tange à compra e organização dos lotes, pois, por exemplo, o Petrópolis apresenta uma regularidade no alinhamento das construções com áreas delineadas, enquanto que as demais parecem não seguir um padrão, e mostram uma estrutura incompleta e labiríntica, resultados claros de formas de ocupações realizadas sem prévia análise técnica.

Outro fato que pode ser evidenciado nas falas do entrevistado é que as dificuldades na renda são características dessa população desde seu início, pois, desde aquela época, a população que residia o bairro apresentava um perfil socioeconômico de baixa renda, tendo como destino principal de seus provimentos mensais os gastos com alimentação. A própria relação na compra dos lotes era rudimentar se comparada à atualidade. Compravam-se terrenos em troca de dinheiro, objetos, animais, alimentos e eram grandes as áreas negociadas.

As atividades desempenhadas pelos moradores do bairro eram voltadas, muitas vezes, para o cultivo de culturas para o próprio consumo e para trocas entre si. Além de trabalharem como vendedores ambulantes, venda de doces, a água consumida era retirada da nascente do rio Verruga, no Poço Escuro, atividade que era destinada para as mulheres, “as aguadeiras”, que se encarregavam de também vendê-la pela cidade, além de trabalharem como empregadas domésticas na qual ganhava-se muito pouco por esse serviço.

Outras atividades destacadas era o serviço como pedreiro, carregador de água e de pedras, muitas das quais eram retiradas do Pedrinhas, do pico da Serra do Periperi. O cotidiano dos trabalhadores relacionava-se a “fazer feira, fazer o comércio de sábado, pegar carrego para fora, cuidar da roça. Esse era o emprego.”¹²

O bairro Cruzeiro sempre apresentou carências em serviços e infraestrutura e uma

¹¹ Depoimento do senhor Vitalino Mendes, 2010.

¹² Depoimento de morador.



população muito pauperizada, não somente pela renda, mas pela cultura, pela escolaridade, pelo acesso à política pública; enfim, sujeitos sociais que tentaram sobreviver em meio às desigualdades do crescimento da cidade, enquanto que as áreas mais privilegiadas de Vitória da Conquista não paravam de construir, transformando-se em verdadeiros canteiros de obras.

No que se refere à infraestrutura, somente nos últimos anos é que o bairro começou a receber algumas obras, como o calçamento, esgoto e iluminação pública. Segundo os moradores, esse processo se iniciou pelo Petrópolis em meados da década de 1990. Com o tempo, foi se estruturando e, hoje, é a área, em termos de infraestrutura, mais completa, se comprada com as demais.

Afirmam, ainda que, essas obras infraestruturais foram realizadas no bairro por ocasião da construção do Distrito Industrial dos Imborés, o mesmo foi iniciado em 1970¹³, pois “fizeram a entrada de Conquista por aqui”; o que leva a entender que, para a instalação desses serviços, houve na verdade, um interesse e influência econômica e não a necessidade da população carente desse bairro.

Esse processo de dotação de infraestrutura aconteceu de forma lenta. O que, em meados de 1950, era somente uma área de mata, algumas totalmente densas, foi se transformando com as ações de seus moradores e transeuntes que passavam pelo local, principalmente, para atividades comerciais. Na década de 1990, muitas foram as movimentações e manifestações em busca por melhorias infraestruturais, equipamentos urbanos, revitalização de espaços públicos para o bairro etc. Todavia, foi principalmente na década seguinte que as mesmas começaram a acontecer.

Gradativamente, a estrutura física do bairro foi se alterando, porém, ainda hoje se mostra deficiente em algumas áreas, apesar de o setor público declarar que o bairro está completo e que não há obras nem projetos previstos para a área. Os moradores, assim, convivem com as promessas que se direcionam ao bairro, mas, que na verdade, não passam de discursos para ludibriar a população carente, sem informação, manobrando a vida dos moradores num jogo de interesses e fazendo dos mesmos uma forma de manutenção de votos, por saberem que nessas áreas sempre terão pessoas à espera de benefícios, que aliás, são de seu direito.

Dessa forma, evidencia-se o jogo de interesses que envolvem a infraestrutura da

¹³ Segundo a planta do Centro Industrial, no setor de Planejamento e Execução de Obras da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.



cidade e de agentes como o Estado, mormente, no papel do poder público municipal, e do setor privado, sobretudo, e do mercado imobiliário, que influem, significativamente, nas relações sociais.

É perceptível o interesse e investimento em Vitória da Conquista, sobretudo, do capital imobiliário, em áreas de maior *status* na cidade, porque as mesmas representam um retorno pelo capital investido e nas quais alimentam um imaginário de que dão status a quem nelas reside. Na contramão, estão as áreas onde residem os pobres, que são marginalizadas, segregadas e alheias a todo tipo de direito, já que aqueles agentes determinam a distribuição de recursos, a ocupação das áreas, o uso e consumo do espaço urbano como um todo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas contradições que marcam a sociedade capitalista são evidenciadas no espaço da cidade na forma como a população se reproduz cotidianamente nos diferentes âmbitos da vida, influenciada pelos ditames do sistema capitalista. São contradições que tomam a cidade não só através do processo de urbanização, mas também por outros processos socioespaciais, de igual poder transformador, que estão imbricados na urbanização e que fazem transparecer a vida contraditória que a população mantém como o não uso de espaços públicos, o acesso negado a serviços e equipamentos urbanos, a educação, ao lazer, enfim, a uma vida de qualidade.

Por meio da análise da condição de vida dos moradores do bairro Cruzeiro, foi possível entender como é o cotidiano na periferia pobre de Vitória da Conquista, tomando como parâmetro o estudo sobre as demais cidades médias baianas. Assim, percebeu-se que os moradores do Cruzeiro, apesar das diferenças que há no bairro, tendem a um perfil socioeconômico marcado por um baixo poder aquisitivo, fruto das atividades que desenvolvem para obtenção de renda, ou seja, das oportunidades de trabalhos que lhes são ofertadas, de seu papel na divisão social do trabalho.

São pessoas que conseguiram encontrar num recorte espacial ainda não valorado pelo setor imobiliário um local próprio para reproduzirem as suas vidas. Entretanto, essa reprodução se dá sem que essa função seja realizada com êxito, dadas as condições infraestruturais, de serviços e bens de consumo ofertados. As áreas periféricas pobres



figuram-se como um corredor para aqueles que são excluídos desse processo de crescimento da cidade.

Os moradores do bairro Cruzeiro, mesmo considerando sua heterogeneidade, apresentam um ponto comum: são resultados de um processo capitalista lento de desenvolvimento e crescimento que fomenta as desigualdades entre as classes sociais, seja dentro do próprio bairro, ou do mesmo em relação à cidade (GOTTDIENER, 1993). Sofrem um desenvolvimento desigual (espacial, econômico etc.) e passam a lidar com alguns problemas sociais, que afligem mais duramente a população pobre e socialmente vista como periférica, a exemplo, a questão da violência.

Assim como o é em outras áreas da cidade, é o mesmo local utilizado pelo tráfico, homicídio e roubo, alimentado pelos próprios interesses das elites da cidade, muitas das quais consomem produtos lá existentes. Esse estigma carregado pelos moradores do bairro Cruzeiro não é nada mais que um reflexo das condições desumanas em que vivem, ignorados social e politicamente, marginalizados pelas benfeitorias do poder público, pela falta da oferta de bons trabalhos e salários, que lhes garantam a sobrevivência cotidiana. Isso baseado nos três elementos que compõem o cotidiano lefebvreano: trabalho, família e lazer, que se mostram deteriorados para essas pessoas.

O espaço de reprodução da vida para esses moradores passa a ser o próprio bairro que é o espaço consumido no qual criam uma identidade, e que, pelo uso cotidiano, se apropriam para a realização da vida, da vida em família, do lazer, das brincadeiras na rua com os vizinhos, das visitas, ida à igreja, reuniões de bairro, do trabalho.

O bairro, assim, representa seu morador por ser fruto de sua vida, por ser reflexo da condição socioeconômica de cada um que o compõe; porque, ao chegar ao bairro, ele não se sente estranho, não é completamente excluído. Apesar de ser uma área pauperizada (renda, infraestrutura etc.), o conteúdo das relações no bairro não é pobre; muito pelo contrário, é muito rico, e é o que move os moradores na busca por uma vida que seja mais farta, mais completa.

O projeto de vida urbana que a cidade propaga, com certeza, não engloba esses moradores no sentido do uso, só na exploração. Contudo, também não é essa vida urbana que os moradores do bairro Cruzeiro desejam, na qual vivem como escravos e submetidos ao poder opressor do capitalismo, tendo sua vida regulada.



A vida urbana que desejam está na utopia lefebvreana, uma vida que se mostra num horizonte de possibilidades de uma real mudança social. Esse caminho, como afirmamos, não é fácil, não basta apenas saber que é prisioneiro de um sistema, é preciso se libertar do mesmo. Essa mudança far-se-á a custa de muitas lutas, só assim será possível reverter a atual ordem à qual estão submetidos.

Aos moradores das periferias pobres, como o bairro Cruzeiro, o que se pode prever é que dificuldades estarão ainda presentes em seu cotidiano de lutas, pois enquanto se perpetue esse sistema de exploração e lucratividade sobre o trabalho humano, as condições de vida na periferia pobre continuarão precárias, elas não cessarão. Porém, a força da população organizada figurará como o perturbador da ordem a que se submetem, mostrando que essa realidade, mesmo que tarde, será limada para a construção de uma nova forma de viver, numa sociedade transformada.

REFERENCIAS

ALMEIDA, A. R. de A. J.; WHITACKER, A. M. Segregação socioespacial em cidades médias: diferenças ou semelhanças? Um estudo sobre o jardim cinquentário e o Jardim Morada do Sol em Presidente Prudente – SP. In: **Geografia em atos**, Presidente Prudente, v.2, n. 7, 2007, p.71- 87.

ANJOS, A. F. dos.; CHAVEIRO, E. F. A periferia urbana em questão: um estudo socioespacial de sua formação. In: **Boletim Goiano de Geografia**: Goiânia/GO, v 27, n. 2, 2007.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo. Contexto, 1997.

CATELAN, M. J. **Heterarquia Urbana: interações espaciais interescolares e cidades médias**. Presidente Prudente: [s.n], 2012. 227 f.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Sidra**: Banco de dados agregados. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>, acesso em agosto de 2012.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

DOMINGUES, A. (Sub)úrbios e (sub)urbanos – o mal estar da periferia ou mistificação dos conceitos? In: **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**. Porto, 1994/95, série. I, v. X/XI, p. 5-18.

GOTTDIENER, M. Comunidade, libertação e vida cotidiana. In: **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.



MARES, R. M. **A produção do espaço e a reprodução da vida na periferia pobre das cidades médias: o estudo do bairro Cruzeiro em Vitória da Conquista/BA.** 2011. 150f. Monografia (Licenciatura em Geografia) Departamento de Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2011.

SANTOS, J. Urbanização e produção de cidades na Bahia: reflexões sobre os processos de estruturação e reestruturação urbana. In: **Bahia Análise & Dados**, v. 19, p. 499-509, 2009.

SANTOS, J; SERPA, A. A produção espacial do comércio e do serviço na periferia, 1999. Apud: SERPA, A. (Org.) **Fala periferia!** Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano. Salvador: UFBA, 2001.

SANTOS, J. Ações do Estado e o papel das cidades médias baianas nos planos da urbanização capitalista. In: DIAS, P. C; SANTOS, J. (Orgs.) **Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanência.** 1. ed. Salvador: SEI/EGBA, 2012. v. 1. 250p.

SANTOS, M. **Manual de Geografia urbana.** São Paulo: Hucitec, 1981.

SOGAME, M. Rudimentos para o exame da urbanização em sua fase crítica: uma aproximação ao conceito de segregação socioespacial. In: **Geografares**, Vitória, n. 2, 2001, p.95-103.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SPOSITO, M. E. B. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do estado de São Paulo, Brasil. In: **Investigações Geográficas**, UNAM, 2004, n. 54, p. 114-139.

TESSARI, L. M.; BRAGA, R. Segregação e periferização urbana em cidades pequenas: o caso de Gavião Peixoto/SP. In: **Geoambiente on-line**. Jataí/GO, n. 10, 2008, p. 214-231.

VILLAÇA, F. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: **VII Encontro Nacional da ANPUR**. Recife/PE, 1997, p. 2-13.